

## **EVOLUÇÃO DO EMPREGO FORMAL NO NORTE DE MINAS E SEU IMPACTO NA MASSA SALARIAL DA REGIÃO - ANÁLISE DO PERÍODO DE 2020 A 2023**

*EVOLUTION OF FORMAL EMPLOYMENT IN THE NORTH OF MINAS AND ITS IMPACT ON THE REGION'S WAGE BILL - ANALYSIS OF THE PERIOD FROM 2020 TO 2023*

Rogério Martins Furtado de Souza  
Universidade Estadual de Montes Claros - UNIMONTES  
rogerio.furtado@unimontes.br

Mariana Mendes Silva  
Universidade Estadual de Montes Claros - UNIMONTES  
marianamendessilva18@gmail.com

Lucca Fernandes Lima  
Universidade Estadual de Montes Claros - UNIMONTES  
luccaflima1410@gmail.com

Ludmila Cordeiro Magalhães  
Universidade Estadual de Montes Claros - UNIMONTES  
ludimilamagalhaes5@gmail.com

Jheniffer Thais da Silva Madureira  
Universidade Estadual de Montes Claros - UNIMONTES  
jhenefferthais@gmail.com

Aprovado em 06/2025

### **Resumo**

Este estudo objetivou identificar o impacto que a evolução das admissões e desligamentos ocorridos no mercado de trabalho formal da região Norte de Minas Gerais no período de 2020 a 2023 exerceu sobre a sua massa salarial. Foi realizada uma pesquisa descritiva que quanto aos procedimentos foi documental e quanto a abordagem foi quantitativa. Sua execução baseou-se na análise dos dados do Novo CAGED disponibilizados pelo Ministério do Trabalho. Os resultados obtidos demonstram que no período analisado foi gerado um saldo positivo de 33.961 novos postos de trabalho proporcionando um saldo equivalente a 32.478 salários mínimos que foram acrescidos à massa salarial da região. Identificou-se que apenas as microempresas contribuíram efetivamente para o aumento da massa salarial, destacando-se principalmente as do setor de serviços. Conclui-se que a evolução do emprego formal no Norte de Minas durante o período analisado exerceu um impacto positivo sobre a massa salarial da região.

**Palavras-chave:** Mercado de Trabalho; Massa Salarial, Norte de Minas Gerais.

## Abstract

*This study aimed to identify the impact that the evolution of admissions and dismissals that occurred in the formal labor market in the North of Minas Gerais in the period from 2020 to 2023 had on its wage bill. A descriptive research was carried out, which in terms of procedures was documentary and the approach was quantitative. Its execution was based on the analysis of New CAGEG data made available by the Ministry of Labor. The results obtained demonstrate that in the period analyzed, a positive balance of 33,961 new jobs was generated, providing a balance equivalent to 32,478 minimum wages that were added to the region's wage bill. It was identified that only micro-enterprises effectively contributed to the increase in the wage bill, particularly those in the service sector. It is concluded that the evolution of formal employment in the North of Minas during the period analyzed had a positive impact on the region's wage bill.*

**Keywords:** Job market, Wage Bill, North of Minas Gerais.

<http://periodicos.unifacef.com.br/index.php/rea>

## 1 INTRODUÇÃO

Segundo Marx (2013) o trabalho pode ser compreendido como uma atividade humana, física ou intelectual, de caráter social, que busca satisfazer os desejos e necessidades humanas. Braverman (1987) explica que a partir da Revolução Industrial, o trabalho é visto como um valor de troca, baseado na venda da força de trabalho pelo trabalhador e na sua compra pelo empregador por meio de um contrato de emprego que estabelece as condições de trabalho.

O ambiente onde são ofertados o trabalho e o emprego e acontecem as relações de troca é reconhecido como mercado de trabalho. A evolução da sociedade contribuiu para a ampliação do mercado de trabalho e o desenvolvimento das relações de trabalho na forma como se conhece hoje (Baltar, 2014).

De acordo com Oliveira e Piccinini (2011) no mercado de trabalho o conjunto de ofertas e demandas de emprego se confrontam e se ajustam em função do preço, isto é, dos salários a serem pagos. Nesse contexto, Keynes (2012) e Samuelson e Nordhaus (2012) explicam que a dinâmica do mercado de trabalho, a geração do emprego e da renda, a flutuação do valor dos salários pagos e a massa salarial, influenciam o poder de compra da população e o desenvolvimento econômico da sociedade como um todo.

O termo Massa salarial pode ser compreendido como o total de salários pagos durante um determinado período de tempo ao conjunto de trabalhadores que atuam em uma economia (Samuelson; Nordhaus, 2012).

Pieranton e Varella (2008) compreendem que o mercado trabalho proporciona diversos indicadores para o acompanhamento do comportamento da economia e que podem ser utilizados em conjunto com outros indicadores como o Produto Interno Bruto (PIB) e a

inflação. Para Sen (2011), além de ser uma métrica econômica, a massa salarial é também um indicador de desenvolvimento humano.

Para Almada e Costa (2023) ao longo do primeiro quarto do século XXI a economia mundial enfrentou diversas crises políticas, econômicas e de saúde pública, que a impactaram significativamente. Somado a isso, o desenvolvimento e a disseminação de novas tecnologias propiciaram a difusão de novas relações de trabalho e produção, resultando no desaparecimento de algumas profissões e no surgimento de outras.

A economia brasileira se insere neste contexto. De acordo com Mattei e Heinen (2020) e Cunha e Caixeta (2020), a segunda década do século XXI testemunhou os piores índices de desemprego na história recente do Brasil, superando o aumento do desemprego observado durante a década de 1990. A crise político-econômica ocorrida no país a partir da segunda metade de 2014 afetou significativamente a economia e consequentemente o mercado de trabalho nacional.

Nos primeiros meses de 2017 a taxa de desocupação ultrapassou a marca de 13% da força de trabalho, atingindo 13 milhões de pessoas, um aumento significativo quando comparado com os cerca de 7% registrados no primeiro semestre de 2014 (Mattei e Heinen, 2020). Em 2020 com o início da pandemia de Covid-19 a taxa média de desocupação foi recorde em 20 estados do país, acompanhando a média nacional, que chegou a 13,5% (Agência IBGE Notícias, 2021).

Para o IBGE (2023a; 2023b), desde então a economia brasileira vem se recuperando e com ela o nível do emprego. No segundo trimestre de 2023 o Produto Interno Bruto (PIB) apresentava um crescimento acumulado de 3,2% para os últimos doze meses e a taxa de desemprego tinha recuado para 8%, atingindo cerca de 8,6 milhões de pessoas.

O estado de Minas Gerais tem a terceira maior economia do país, a segunda maior população e a quarta maior extensão territorial (IBGE, 2023c). Segundo Pereira (2006) e Souza e Pereira (2018) o estado possui características distintas entre suas diversas regiões e algumas são marcadas por uma grande desigualdade socioeconômica. A região denominada Norte de Minas é a mais extensa e a mais carente em recursos naturais e econômicos do estado, possuindo um Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) dentre os mais baixos do país.

Diante de tal contexto, compreende-se que reunir informações que ajudem a entender melhor as especificidades da região e a evolução de sua economia e mercado de trabalho frente às transformações econômicas do país pode ser significativamente relevante para o desenvolvimento de ações e políticas públicas mais eficazes. De modo a contribuir para tal propósito, foi desenvolvida uma pesquisa norteada pela seguinte questão: Qual o impacto que a evolução das admissões e desligamentos ocorridos no mercado de trabalho formal do Norte de Minas vem exercendo sobre a massa salarial da região?

Utilizando-se dos dados do Novo CAGED disponibilizados pelo Ministério do Trabalho e Emprego a partir de janeiro de 2020, foi delineado, para responder a tal questão, o seguinte objetivo geral: Identificar o impacto que a evolução das admissões e desligamentos ocorridos no mercado de trabalho formal do Norte de Minas no período de 2020 a 2023 exerceu sobre a massa salarial da região.

Para auxiliar na sua realização foram desenvolvidos os seguintes objetivos específicos: Identificar a evolução mensal do número de trabalhadores admitidos e desligados no Norte de Minas no período de 2020 a 2023; Detectar o perfil dos trabalhadores admitidos e desligados por sexo, idade, escolaridade e renda; Verificar se o fluxo de admissões e desligamentos gerou um resultado positivo ou negativo na massa salarial da região; Identificar o saldo da massa salarial na relação entre as admissões e os desligamentos para cada microrregião do Norte de Minas, setor econômico e porte das empresas.

## 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

### 2.1 Trabalho, mercado de trabalho, emprego e renda

Segundo Marx (2013, p. 327) “o trabalho é a apropriação do natural, para satisfazer as necessidades humanas, é uma condição universal do metabolismo entre o ser humano e a natureza”. Coutinho (2009, p. 191) define o trabalho como “qualquer atividade realizada pelo ser humano com o objetivo de obter e transformar algo em realização pessoal ou profissional”.

Passos e Nogami (2012), compreendem que os conceitos de trabalho reconhecidos abrangem todo o esforço humano (físico ou mental) despendido na produção de bens e serviços, consonante assim com Coutinho (2009, p. 191), que compreende que o trabalho “é uma atividade humana, individual ou coletiva, complexa, dinâmica, mutante e que se distingue de qualquer outro tipo de prática animal por sua natureza reflexiva, consciente, propositiva, estratégica, instrumental e moral”.

Srouf (1998) e Souza (1981) conceituam o termo emprego como sendo a representação do vínculo estabelecido entre um empregador e um indivíduo para a realização de serviços e tarefas, sobre a supervisão do empregador, durante um determinado período de tempo, mediante o pagamento de uma remuneração denominada salário.

A remuneração do trabalho através do emprego é entendida como renda, conforme expõe Vasconcellos (2004) ao afirmar que a renda pode ser entendida como a remuneração dos fatores de produção, como salários, aluguéis, juros e lucro.

Ehrenberg e Smith (2000) definem o mercado de trabalho como o mercado que aloca os trabalhadores para os empregos e coordena as decisões de emprego. Abrange a negociação entre as partes envolvidas na compra e venda da força de trabalho determinando o nível de salário, o nível de emprego, as condições de trabalho e os demais aspectos relativos às relações entre capital e trabalho.

Neste contexto, Dutra (2019) cita que o mercado de trabalho pode ser compreendido como um ambiente onde um conjunto de pessoas se dispõe a oferecer a sua força de trabalho às organizações que precisam de uma mão de obra qualificada, em troca de uma remuneração reconhecida como salário. Portanto, neste ambiente, realizam-se operações de troca entre as pessoas e as organizações que oferecem o emprego. As organizações são reconhecidas como empregadores e as pessoas que buscam por um emprego são reconhecidas como trabalhadoras.

Evidenciando uma visão mais crítica, Vasconcellos (2004) afirma que no mercado de trabalho ocorre a compra e venda de serviços de mão de obra barata, determinando os índices de empregabilidade por atividade realizada, os níveis econômicos e de salários, as condições insalubres de trabalho e os demais parâmetros relativos às relações correntes de capital e trabalho.

Kim et al. (2016) explicam que o termo trabalho formal é utilizado no sentido amplo como a representação da formalização de um vínculo empregatício entre o trabalhador e uma organização, por meio de um contrato de trabalho regido por leis trabalhistas. Já a expressão trabalho informal é utilizada para representar toda atividade remunerada executada à margem de tais leis. No Brasil, o contrato de trabalho e o registro da carteira de trabalho são regidos pelas leis trabalhistas estabelecidas na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

Segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT, 2023), mais da metade da força trabalhadora mundial se encontra na economia informal. Embora compreenda que há uma grande diversidade de motivações, afirma que a estrutura informal expressa uma negação dos direitos de trabalho e uma escassez de empregos de qualidade, gerando uma concordância social inadequada e pouca informação sobre as demandas existentes. Entende que apenas com a adoção de políticas públicas e sociais adequadas e a adoção de um diálogo mútuo entre as partes envolvidas se conseguirá acelerar o processo de formalização.

O Banco Central do Brasil (Brasil, 2021), observou que na fase mais aguda dos efeitos da pandemia de Covid 19 sobre o mercado de trabalho, as regiões com menor número de trabalhadores formais tiveram proporcionalmente uma quantidade menor de demissões e, quando do início da recuperação, tiveram proporcionalmente uma quantidade maior de admissões que as regiões com maior número de trabalhadores formais. Ponderou que o maior dinamismo do emprego em cidades menores pode estar associado à maior cobertura de políticas públicas – como o auxílio emergencial – e a possibilidade de haver menos barreiras para o funcionamento de atividades econômicas em comparação ao observado nos grandes centros.

## **2.2 Massa salarial**

Segundo o Ministério do Trabalho e Emprego – MTE (Brasil, 2023a), massa salarial é o “resultado do produto entre a remuneração média dos empregados e o número de empregos, excluindo o décimo terceiro salário dos trabalhadores”. Samuelson e Nordhaus (2012) reforçam este conceito ao explicar que o termo Massa salarial pode ser compreendido como o total de salários pagos durante um determinado período de tempo ao conjunto de trabalhadores que atuam em uma economia.

Para Samuelson e Nordhaus (2012) os principais fatores que influenciam o tamanho e a dinâmica da massa salarial são a oferta e a demanda por trabalho e a inflação, visto que esses interferem diretamente no consumo, o que por consequência afeta a economia como um todo.

Segundo Keynes (2012), a massa salarial desempenha um papel importante no nível de atividade econômica, pois gera um impacto direto no consumo das famílias. Segundo ele, o aumento da massa salarial pode levar a aumentos proporcionais no consumo, impulsionando a demanda e consequentemente contribuindo para o desenvolvimento econômico e o crescimento do produto Interno Bruto (PIB) do país ou região. Entretanto, o autor ressalta que esse aumento tem o potencial de também afetar diretamente a inflação, aumentando-a.

Sen (2011) reforça tal compreensão ao afirmar que a variação positiva da massa salarial desempenha um papel importante no bem-estar dos indivíduos, pois salários mais altos proporcionam uma maior facilidade no acesso a serviços ligados a qualidade de vida, como saúde, educação e segurança. Para a autora, além de ser uma métrica econômica, a massa salarial é também um indicador de desenvolvimento humano.

Com relação à geração de emprego, Keynes (2012) alerta que o aumento da massa salarial pode resultar em atrair mais pessoas para a força de trabalho e assim consequentemente reduzir o desemprego e aumentar o consumo da população, entretanto se ocorrer um aumento excessivo dos empregos esse poderá ser um complicador para parte das empresas pois tenderá a gerar o aumento da competição entre elas, o que no futuro próximo poderá provocar um aumento no número de demissões para a readequação dos custos com pessoal.

Trovão (2020, p. 5) explica que muitas vezes a massa salarial pode entrar em queda por fatores naturais e incontroláveis para o ser humano como, por exemplo, a pandemia de COVID-19 que se alastrou rapidamente por todo o mundo em 2020 e interferiu drasticamente na economia global, gerando uma “forte redução na atividade das empresas, e de demanda, decorrente das perdas expressivas da classe trabalhadora, que viu seus empregos e sua renda despencarem abruptamente”.

Com base no exposto por Keynes (2012), é possível compreender que a queda da massa salarial e a desigualdade extrema entre os salários pagos podem gerar tensões políticas e sociais, decorrentes do descontentamento por parte dos trabalhadores e da população em geral. Portanto, para a manutenção da estabilidade econômica, social e política de uma região, é necessário que a massa salarial se mantenha em equilíbrio e com a perspectiva de um crescimento sustentável.

Segundo observado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA (2023) a variação da massa salarial impacta diretamente o consumo e exerce influência sobre o Produto Interno Bruto (PIB). De acordo com o Ministério da Economia (BRASIL, 2022) a variação da massa salarial também interfere na arrecadação de impostos, o que consequentemente afeta o volume de recursos disponíveis para os programas conduzidos pelo governo e os demais investimentos necessários ao desenvolvimento do país.

### **2.3 A Região Norte de Minas**

Segundo Minas Gerais (2023), a divisão do território do estado de Minas Gerais, adotada oficialmente pelo governo estadual, compreende dez regiões de planejamento, sendo a

região Norte de Minas composta por 89 municípios. Tal organização é similar ao método de divisão geográfica regional em mesorregiões e microrregiões desenvolvido pelo IBGE. Em tal método, a mesorregião Norte de Minas é composta por sete microrregiões: Bocaiúva, Grão Mogol, Janaúba, Janaúria, Montes Claros, Pirapora e Salinas (IBGE, 2022).

Cunha e Caixeta (2020) e Souza e Pereira (2018), consideram que as perspectivas econômicas e do mercado de trabalho no estado de Minas Gerais são complexas em virtude das características específicas de cada parte do estado e das desigualdades existentes entre as suas diversas regiões.

A AMMESF (2023) e o Observatório do Trabalho de Minas Gerais (2023), citando dados do IBGE (2010 e 2023b), registram que a região Norte de Minas abrange uma área de 127.816 km<sup>2</sup>, onde vivem aproximadamente 1,6 milhões de pessoas. Em 2020 seu PIB foi de cerca de 29,5 bilhões de reais, proporcionando uma renda per capita média de 16,3 mil reais.

Para Pereira (2006, p. 29) a região Norte de Minas “se caracteriza como uma área de transição do clima tropical semiúmido para o semiárido e da vegetação de cerrado para a de caatinga”. Ainda segundo a autora, a densidade demográfica da região é inferior à média brasileira, dos 89 municípios 79 possuem menos de 20 mil habitantes, sendo que a economia da maioria deles é dependente dos recursos do Fundo de Participação dos Municípios (FPM). Em relação ao desenvolvimento socioeconômico, a região apresenta um Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) inferior ao do nordeste brasileiro, região reconhecida como das mais pobres do Brasil.

### **3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

Para a realização do trabalho foi efetuada uma pesquisa descritiva, com abordagem quantitativa, tendo como foco a análise da evolução do emprego formal na região Norte de Minas e como essa impacta a massa salarial local.

Para o procedimento de coleta e análise dos dados foi realizada uma pesquisa documental dos dados disponibilizados pelo Ministério do Trabalho e Emprego do Brasil (MTE) e pelo Observatório do Trabalho do Norte de Minas (OTNM).

O OTNM é um projeto da Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES, que há 10 anos estuda a evolução do mercado de trabalho no norte do estado de Minas Gerais a partir dos dados disponibilizados pelo Ministério do Trabalho através das bases de dados da RAIS e do Novo CAGED.

Segundo o Ministério do Trabalho (BRASIL, 2020), o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) foi criado em 1965 para registrar a movimentação mensal das admissões e desligamentos de trabalhadores ocorrida no mercado de trabalho formal do país. Em janeiro de 2020 foi substituído pelo Novo CAGED, que passou a ser responsável pela “geração das estatísticas do emprego formal por meio de informações captadas dos sistemas eSocial, Caged e Empregador Web”. Já a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) é um instrumento, de periodicidade anual, preenchido pelas

empresas, cujos dados ao serem disponibilizados, possibilita o acompanhamento e a caracterização do mercado de trabalho formal.

O período estabelecido para a pesquisa, de janeiro de 2020 a julho de 2023, corresponde a todo o período de dados do Novo CAGED disponibilizado pelo Ministério do Trabalho até setembro de 2023 na plataforma do Programa de Disseminação das Estatísticas do Trabalho (PDET).

A unidade de observação, a fonte de informação a respeito das variáveis estudadas, foram os registros lançados na base de dados do Novo CAGED e a unidade de análise, ou seja, o elemento da realidade a respeito do qual as variáveis estudadas se referem, foram as informações relacionadas a cada admissão e desligamento de trabalhadores ocorrida no Norte de Minas durante o período estabelecido.

#### **4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS**

A seguir são apresentados e analisados os resultados obtidos a partir dos dados coletados, ordenados de modo a responderem os objetivos específicos delineados para o trabalho.

Primeiramente será analisada a evolução do número de trabalhadores admitidos e desligados no Norte de Minas no período de 2020 a 2023. Na Tabela 1 é possível observar os dados anualizados do total de empregos formais no país, no estado de Minas Gerais e na região Norte de Minas, segundo o Novo CAGED.

TABELA 1 – Evolução do estoque de empregos formais de janeiro de 2020 a julho de 2023 no Brasil, em Minas Gerais e no Norte de Minas.

Ano	2020	2021	2022	2023	Var. % ano ant.
Brasil	37.652.317	40.430.677	42.444.425	43.610.550	2,75%
Minas Gerais	3.974.304	4.294.239	4.471.222	4.627.460	3,49%
Norte de Minas	172.286	189.914	199.829	203.618	1,90%

Fonte: Dados da pesquisa.

2020 foi o ano marcado pelo início da pandemia de COVID-19 no Brasil e no mundo. Conforme exposto pela Agência IBGE Notícias (2021) o índice de desemprego chegou a 13,5% da força de trabalho. Porém, os dados demonstram que já em 2021 o mercado de trabalho conseguiu iniciar uma recuperação. No Brasil o crescimento do número de empregos formais em relação a 2020 foi de 7,37% e em Minas Gerais foi de 8,05%. No Norte de Minas o crescimento foi superior à média nacional e estadual atingindo 10,23%.

Os dados demonstram que todos os postos de trabalho formais perdidos em função da pandemia foram recuperados ainda em 2020 e 2021. Em 2020 a região teve 64.154 admissões e 61.525 desligamentos, gerando um saldo de 2.629 novos postos de

trabalho ocupados. Em 2021 as admissões foram de 92.083 e os desligamentos foram 74.455, gerando um saldo de 17.628 novos postos de trabalho.

No ano de 2022 com a retomada do ritmo da economia brasileira, conforme exposto pelo IBGE (2023a; 2023b), o crescimento do número de empregos formais em relação a 2021 foi de 4,98% no país e 4,12% em Minas Gerais. No Norte de Minas o percentual de crescimento permaneceu superior a esses, atingindo 5,22%. Porém, os dados demonstram que 2023 vem apresentando um cenário diferente, com o crescimento do número de empregos formais na região estando bem abaixo dos cenários nacional e estadual. Proporcionalmente 31% menos que o país e 45,5% menos que o estado.

Para melhor compreender esse cenário, apresenta-se a seguir a Tabela 2, com os dados anualizados do total de empregos formais em cada uma das microrregiões que compõem a região Norte de Minas.

TABELA 2 – Evolução do estoque de empregos formais de janeiro de 2020 a julho de 2023 nas microrregiões do Norte de Minas.

Microrregiões/Ano	2020	2021	2022	2023	Var. % ano anterior
Bocaiúva	8.608	9.705	10.723	11.093	3,45%
Grão Mogol	2.079	2.298	2.364	2.660	12,52%
Janaúba	25.128	28.955	29.797	29.511	-0,96%
Januária	10.889	12.174	13.371	14.473	8,24%
Montes Claros	90.241	96.914	101.515	102.551	1,02%
Pirapora	22.698	25.284	26.567	27.196	2,37%
Salinas	12.643	14.584	15.492	16.134	4,14%
<b>TOTAL</b>	<b>172.286</b>	<b>189.914</b>	<b>199.829</b>	<b>203.618</b>	<b>1,90%</b>
Saldo anual:	2.629	17.628	9.915	3.789	
Var.% ano anterior		10,23%	5,22%	1,90%	

Fonte: Dados da pesquisa.

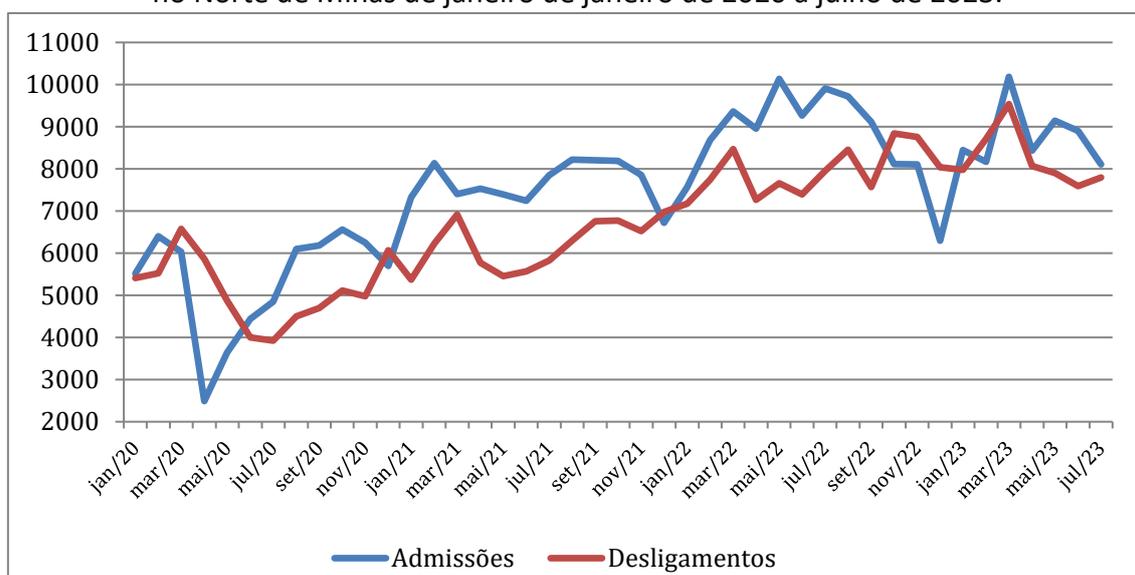
Através da Tabela 2, observa-se que as microrregiões de Montes Claros e Janaúba concentram o maior número de empregos formais da região com cerca de 65% do total. De 2020 a 2022 a microrregião de Montes Claros teve um crescimento de 12,5% e a de Janaúba 18,6%. Todas as demais microrregiões tiveram um crescimento acima de 13% de modo que a média regional se estabeleceu em 16%.

De 2022 a 2023 o crescimento da microrregião de Montes Claros está em apenas 1,02% e o da microrregião de Janaúba está em -0,96%. As demais microrregiões têm crescimento acima de 2,3%, com destaque para as microrregiões de Grão Mogol (com 12,52%) e Januária (com 8,24%). Analisando o cenário onde seriam excluídos do cálculo os dados da microrregião de Montes Claros, o crescimento da região saltaria de 1,9% para 2,8%, atingindo assim a média nacional citada na Tab. 1.

Em vista de tais aspectos é possível inferir que a microrregião de Montes Claros é a que mais vem impactando o resultado regional no que tange a redução do percentual de crescimento do número de empregos formais.

De janeiro de 2020 a julho de 2023 foram admitidos na região 322.842 trabalhadores com carteira assinada e desligados 288.881, gerando um saldo de 33.961 novos postos de trabalho ocupados. Porém, a evolução das admissões e desligamentos não ocorreu de uma forma linear e o saldo positivo não foi contínuo ao longo do tempo. O Gráfico 1 evidencia as variações desses indicadores ocorridas mês a mês.

GRÁFICO 1 – Quantidade mensal de admissões e desligamentos de empregos formais no Norte de Minas de janeiro de janeiro de 2020 a julho de 2023.



Fonte: Dados da pesquisa.

O Gráfico 1 evidencia o impacto do início da pandemia de Covid 19 em 2020 com o aumento em 19% do número de desligamentos em março e uma significativa queda do número de admissões em abril e maio (59% e 40% respectivamente em relação a média do primeiro trimestre). Na sequência, demonstra a gradativa recuperação do ritmo da atividade econômica e por consequência do mercado de trabalho, com o aumento das admissões e desligamentos vindo a ultrapassar o patamar anterior à pandemia.

Durante boa parte do período posterior ao início da pandemia o número de admissões se manteve superior ao número de desligamentos. As exceções ocorreram nos meses de dezembro de 2020 e 2021 e nos meses de outubro a dezembro de 2022 e fevereiro de 2023. É possível supor que as oscilações no período de outubro/22 a fevereiro/23 tenham recebido alguma influência do recente processo de eleição presidencial ocorrido no país.

Para identificar o perfil dos trabalhadores admitidos e desligados no Norte de Minas por sexo, idade, escolaridade e renda, foram consultados inicialmente os dados da última Relação Anual de Informações Sociais – RAIS 2021, divulgada pelo Ministério do Trabalho (BRASIL, 2023b). Nessa, o perfil dos trabalhadores formais do Norte de Minas

estava assim constituído ao final de 2021: 56% dos trabalhadores eram do sexo masculino e 44% do sexo feminino; 29% tinham até 29 anos de idade, 30,8% tinham entre 30 e 39 anos e 40,2% tinham 40 anos ou mais; a escolaridade ensino médio completo era predominante com 55,1% do total, 24,3% dos trabalhadores tinham até o ensino médio incompleto e os demais 20,6% tinham o curso superior incompleto ou completo.

Na sequência, tabulando os dados da evolução mensal apresentados no Novo CAGED foi possível confeccionar a Tabela 3 com o perfil dos trabalhadores admitidos e desligados no Norte de Minas no período de 2020 a julho de 2023.

TABELA 3 – Perfil dos trabalhadores admitidos e desligados no Norte de Minas no período de janeiro de 2020 a julho de 2023.

Perfil	Admissões	Desligamentos	Saldo
Sexo masculino	64,9%	65,5%	-0,6%
Sexo feminino	35,1%	34,5%	0,6%
Idade até 29 anos	53,1%	47,8%	5,3%
Idade entre 30 e 39 anos	26,7%	29,0%	-2,3%
Idade igual ou acima de 40 anos	20,2%	23,2%	-3,0%
Escolaridade até o ensino médio incompleto	26,5%	28,4%	-1,9%
Ensino médio completo	63,2%	60,8%	2,4%
Ensino superior incompleto ou completo	10,3%	10,7%	-0,4%
Total de postos de trabalho	322.842	288.881	33.961

Fonte: Dados da pesquisa.

A análise dos dados permite identificar que as trabalhadoras do sexo feminino obtiveram um saldo positivo na relação entre as admissões e desligamentos, aumentando assim a sua participação no total de trabalhadores vinculados. O mesmo se fez em relação a faixa etária com até 29 anos e a escolaridade ensino médio completo. A faixa etária com idade igual ou superior a 40 anos foi a que mais perdeu postos de trabalho no período.

Desse modo, tem-se a percepção de que pode estar a ocorrer uma pequena mudança no perfil do trabalhador da região, com a substituição de trabalhadores com maior idade por trabalhadores mais jovens com o ensino médio completo.

Quanto ao valor dos salários pagos aos trabalhadores admitidos e desligamentos ao longo do período, a Tabela 4 demonstra a média anual em número de salários mínimos.

Compreende-se que o uso da medida “número de salários mínimos” propicia uma correção do valor do dinheiro ao longo do tempo, possibilitando assim uma comparação mais equilibrada entre os dados de cada período, tendo em vista que o valor do salário mínimo é corrigido anualmente com base na inflação.

TABELA 4 – Renda média das admissões e desligamentos de empregos formais no Norte de Minas de janeiro de 2020 a julho de 2023 segundo o sexo do trabalhador (em número de salários mínimos\*).

Renda média	2020	2021	2022	2023
Admissões Masc.	1,32	1,29	1,29	1,28
Admissões Fem.	1,20	1,15	1,17	1,19
Desligamentos Masc.	1,34	1,32	1,33	1,31
Desligamentos Fem.	1,20	1,20	1,21	1,21
Média das admissões	1,28	1,24	1,25	1,25
Média dos desligamentos	1,29	1,28	1,29	1,27

\* O número de salários mínimos considera o valor do salário mínimo vigente no período analisado.

Fonte: Dados da pesquisa.

Analisando a Tabela 4 identifica-se uma redução na renda média das admissões e dos desligamentos ao longo do período, com a média dos salários pagos sendo menor a cada ano e com os salários dos novos contratados sendo menores que os salários dos trabalhadores que foram desligados.

Os dados demonstram que de 2020 a 2023 o valor pago aos novos contratados caiu 2,3% em número de salários mínimos. Os trabalhadores do sexo masculino foram admitidos com salários em média 10% maiores que as trabalhadoras do sexo feminino. Cruzando tais dados com o exposto na Tab. 3 é possível supor que o aumento da contratação de mulheres e a consequente redução da contratação de homens esteja relacionada a possibilidade de pagamento de um salário mais baixo.

Observou-se que nos últimos três anos e meio, a média do salário pago aos trabalhadores formais admitidos e desligados do Norte de Minas foi inferior a 1,5 salários mínimos, o que reforça o exposto por Pereira (2006) e Souza e Pereira (2018) quanto às desigualdades regionais e a carência socioeconômica do Norte de Minas.

Neste contexto, cabe analisar a variação exercida pelas admissões e desligamentos sobre a massa salarial da região apresentada na Tabela 5 a seguir.

TABELA 5 – Massa salarial das admissões e desligamentos de empregos formais no Norte de Minas de janeiro de 2020 a julho de 2023 (valores em reais e em número de salários mínimos\*).

Massa Salarial	2020	2021	2022	2023
Admissões	83.736.699	123.886.861	156.579.229	97.824.596
Desligamentos	81.058.250	103.146.022	146.855.160	93.870.472
Saldo no ano	2.678.448	20.740.840	9.724.069	3.954.124
Admissões (SM)	80.131	112.624	129.191	75.134
Desligamentos (SM)	77.568	93.769	121.168	72.097
Saldo no ano (SM)	2.563	18.855	8.023	3.037

\* O número de salários mínimos (SM) considera o valor do salário mínimo vigente no período analisado.

Fonte: Dados da pesquisa.

Observa-se que o aumento do estoque de empregos formais ocorrido a cada ano, saltando de 172.286 em 2020 para 203.618 em julho de 2023 (apresentado na Tab. 2), proporcionou um aumento da massa salarial da região.

Analisando a diferença gerada entre o total de salários pagos nas admissões e o total pago nos desligamentos verifica-se que foi gerado no período um saldo positivo equivalente a 32.478 salários mínimos, que, baseando-se no exposto por Keynes (2012) e IPEA (2023), foram acrescidos à massa salarial da região, agregando renda à economia local, possibilitando o aumento do consumo e exercendo influência sobre o PIB.

Entretanto, cabe ressaltar que dividindo-se esse saldo pelo número de novos postos de trabalho abertos no período obtém-se o resultado de 0,96 salários mínimos, ou seja, cada novo posto de trabalho agregou menos de um salário mínimo à massa salarial da região, fato que supõe-se deva contribuir significativamente para o baixo IDHM da região exposto por Pereira (2006).

O ano de 2021 destaca-se pelo expressivo saldo gerado em função da recuperação da economia após a fase crítica da pandemia de Covid 19. 2020 conseguiu obter um saldo positivo mesmo enfrentando o impacto do início da pandemia. Por outro lado, o baixo crescimento do número de postos de trabalho em 2023 parece indicar que o resultado do ano será abaixo do obtido em 2022.

A tabela 6 apresenta a contribuição que cada setor econômico e porte de empresa realizou para aumentar ou diminuir a massa salarial. Compreende-se que essa contribuição seja resultante principalmente do aumento ou diminuição dos salários dos novos contratados e/ou da criação ou fechamento de postos de trabalho.

TABELA 6 – Saldo da massa salarial na relação entre as admissões e os desligamentos de empregos formais no Norte de Minas de janeiro de 2020 a julho de 2023 segundo o setor econômico e o porte da empresa<sup>1</sup> (em número de salários mínimos<sup>2</sup>).

Massa Salarial	2020	2021	2022	2023	Total	% s/tot.
<b>Setor econômico</b>						
Indústria	1.933,6	3.739,3	-209,5	1.116,8	6.580,3	20,3%
Construção civil	-524,3	4.248,3	-880,7	-1.929,1	914,2	2,8%
Comércio	650,1	3.477,8	1.344,1	-155,3	5.316,7	16,4%
Serviços	-369,2	3.970,4	7.104,1	2.926,6	13.631,9	42,0%
Agropecuária	872,9	3.419,5	664,5	1.078,1	6.034,9	18,6%
<b>Porte da empresa</b>						
Microempresa	3.959,5	21.317,7	9.933,7	6.168,7	41.379,5	127,4%
Pequena Emp.	-2.964,4	-79,5	-1.691,4	-996,2	-5.731,5	-17,6%
Média Empresa	1.140,8	-1.277,9	-1.498,0	-906,3	-2.541,5	-7,8%
Grande Empresa	427,2	-1.104,9	1.278,9	-1.229,2	-628,1	-1,9%
<b>Total</b>	<b>2.563,1</b>	<b>18.855,3</b>	<b>8.023,2</b>	<b>3.037,0</b>	<b>32.478,5</b>	<b>100,0%</b>

<sup>1</sup> Apurado com base na metodologia adotada pelo SEBRAE, conforme exposto em SEBRAE (2019, p. 2).

<sup>2</sup> O número de salários mínimos considera o valor do salário mínimo vigente no período analisado.

Fonte: Dados da pesquisa.

Através da Tabela 6 é possível notar que no ano de 2020 as microempresas e médias empresas principalmente do setor industrial foram as que mais contribuíram para a geração do saldo positivo obtido. No sentido oposto as pequenas empresas principalmente dos setores da construção civil e de serviços geraram saldo negativo.

Em 2021 as microempresas de todos os setores econômicos foram as responsáveis pelo saldo positivo obtido, visto que todos os demais portes de empresa obtiveram saldo negativo. Em 2022 as microempresas permaneceram sendo as principais responsáveis pelo saldo positivo gerado, principalmente dos setores dos serviços, comércio e agropecuária. As pequenas e médias empresas e os setores da indústria e da construção civil tiveram saldo negativo. Em 2023 novamente apenas as microempresas vêm gerando saldo positivo, mas apenas as dos setores de serviços, indústria e agropecuária.

A análise de tais dados propicia inferir que no período analisado apenas as microempresas contribuíram efetivamente para o aumento da massa salarial obtido, destacando-se principalmente as do setor de serviços.

É pertinente destacar que a evolução do saldo da massa salarial ao longo do período seguiu a mesma ótica da flutuação das admissões e desligamentos demonstrados no Graf. 1, variando significativamente nos meses de dezembro de 2020 e 2021 e nos meses de outubro a dezembro de 2022 e fevereiro de 2023 conforme pode ser observado no Gráfico 2.

GRÁFICO 2 - Saldo mensal da massa salarial na relação entre as admissões e os desligamentos de empregos formais no Norte de Minas de janeiro de 2020 a julho de 2023 (valores em reais).



Fonte: Dados da pesquisa.

Compreendendo a importância de também identificar a contribuição que cada microrregião realizou para aumentar ou diminuir a massa salarial da região, foi confeccionada a Tabela 7 com o Saldo anual da massa salarial em cada uma das microrregiões que compõem a região Norte de Minas.

TABELA 7 – Saldo da massa salarial na relação entre as admissões e os desligamentos de empregos formais no Norte de Minas de janeiro de 2020 a julho de 2023 por microrregião (em número de salários mínimos\*).

Ano	Bocaiúva	Grão Mogol	Janaúba	Januária	Montes Claros	Pirapora	Salinas	TOTAL
2020	320,6	184,7	-182,3	-52,8	1.448,5	841,0	4,9	2.564,6
2021	1.070,6	296,4	4.932,0	1.826,1	5.194,9	3.065,0	2.470,3	18.855,3
2022	1.055,9	176,3	-348,7	1.165,8	3.523,7	1.275,9	1.174,2	8.023,2
2023	338,6	485,6	-625,5	1.158,7	72,3	950,6	612,1	2.992,4
<b>TOTAL</b>	<b>2.785,7</b>	<b>1.143,0</b>	<b>3.775,5</b>	<b>4.097,8</b>	<b>10.239,4</b>	<b>6.132,5</b>	<b>4.261,6</b>	<b>32.435,5</b>
% s/total	8,6%	3,5%	11,6%	12,6%	31,6%	18,9%	13,1%	100,0%

\* O número de salários mínimos considera o valor do salário mínimo vigente no período analisado.

Fonte: Dados da pesquisa.

A microrregião Montes Claros contribuiu com 31,6% do saldo positivo gerado sobre a massa salarial da região, seguida pelas microrregiões de Pirapora e Salinas. Entretanto, ao se resgatar a Tab. 2 vê-se que a microrregião de Montes Claros concentra cerca de 50% do estoque de empregos formais da região, denotando assim uma diferença proporcional que possibilitaria sustentar a suposição de que sua contribuição para a massa salarial estaria abaixo do que deveria. O saldo irrisório obtido no primeiro semestre de 2023, destoando completamente do saldo obtido nos demais anos, reforça tal suposição.

O resultado de 11,6% da microrregião de Janaúba também se mostra um pouco aquém de sua representação de cerca de 14% no estoque total de empregos formais da região. As demais microrregiões seguem no sentido aposto, com um percentual de contribuição acima da sua representação no estoque, com destaque para as microrregiões de Pirapora e Januária, ambas com uma contribuição 5,5% superior à sua participação no estoque total.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como tema central a evolução do emprego formal na região norte do estado de Minas Gerais. Para tal foi desenvolvida uma pesquisa descritiva que se utilizou dos dados do Novo CAGED disponibilizados pelo Ministério do Trabalho e Emprego.

Através da análise dos dados foi possível responder aos objetivos específicos delineados para a pesquisa, permitindo assim afirmar que a evolução das admissões e desligamentos ocorridos no mercado de trabalho formal da região Norte de Minas no período de 2020 a 2023 exerceu um impacto positivo sobre a sua massa salarial, agregando a ela o equivalente a 32.478 salários mínimos.

Apesar do resultado positivo, identificou-se que o crescimento do mercado de trabalho da região vem tendo um ritmo percentualmente inferior ao obtido no país e no estado. Os baixos salários pagos e o fechamento de postos de trabalho nas pequenas, médias e grandes empresas podem ser vistas como potenciais responsáveis por isso. A microrregião de Montes Claros é a que apresenta proporcionalmente os percentuais mais baixos de crescimento tanto do saldo de empregos quanto do saldo da massa salarial.

Essa pesquisa apresenta como limitação o fato das análises terem se baseado unicamente nos dados disponibilizados pelo novo CAGED. Apesar de ter sido este o seu objetivo definido, compreende-se que se fossem acrescidos outros dados socioeconômicos e demográficos seria possível realizar uma análise mais ampla que propiciasse uma compreensão melhor do fenômeno estudado e suas relações de causa e efeito sobre o desenvolvimento socioeconômico da região, sendo essa uma sugestão para pesquisas futuras.

O trabalho buscou proporcionar um maior conhecimento sobre o mercado de trabalho do Norte de Minas que pode ser relevante não apenas para subsidiar o desenvolvimento de novos estudos e políticas públicas mais eficazes para a região, mas também para enriquecer o conhecimento científico sobre o papel e a importância da massa salarial, tanto como uma métrica econômica quanto como um indicador de desenvolvimento humano.

## REFERÊNCIAS

AGÊNCIA IBGE NOTÍCIAS. Com pandemia, 20 estados têm taxa média de desemprego recorde em 2020. Rio de Janeiro: IBGE, 2021. Disponível em: < <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/30235-com-pandemia-20-estados-tem-taxa-media-de-desemprego-recorde-em-2020> >. Acesso em: 31 out. 2023.

ALMADA, Pablo E. Romero; COSTA, Elizardo Scarpati. Mundo do trabalho no Século XXI: novos e velhos desafios? Farol – Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade, 10 (27), p. 46-62, abril 2023. Acesso em 29 de ago. 2023. Disponível em: < <https://revistas.face.ufmg.br/index.php/farol/article/view/7912> > Acesso em: 29 set. 2023

AMMESF - Associação dos municípios da bacia do Médio São Francisco. Municípios do Norte de Minas. Disponível em: < <https://ammesf.org.br/municipios/> >. Acesso em: 31 out. 2023.

BALTAR, Paulo. Política econômica, emprego e política de emprego no Brasil. Estudos Avançados. n 28 (81), p. 95-114, jun. 2014. Disponível em: < <https://doi.org/10.1590/S0103-40142014000200007> > Acesso em: 20 set. 2023

BRASIL. Banco Central do Brasil. Boletim Regional. Maio 2021. Brasília: Banco Central do Brasil, 2021. Disponível em: < <https://www.bcb.gov.br/content/publicacoes/boletimregional/202105/br202105b2p.pdf> >. Acesso em: 29 set. 2023.

BRASIL. Ministério da Economia. Arrecadação federal bate recorde e atinge R\$ 205,475 bilhões em outubro. Brasília: Governo Federal, 2022. Disponível em: < <https://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/noticias/2022/novembro/arrecadacao-federal-bate-recorde-e-atinge-r-205-475-bilhoes-em-outubro> > acesso em: 03 out. 2023

BRASIL. Ministério do Trabalho. Programa de Disseminação das Estatísticas do Trabalho (PDET). O que é Novo CAGED? Brasília: Governo Federal, 2020. Disponível em: < <http://pdet.mte.gov.br/o-que-e-novo-caged> > Acesso em: 14 Ago 2023

BRASIL. Ministério do Trabalho. Programa de Disseminação das Estatísticas do Trabalho. Perguntas Frequentes. Base de Dados - Conceitos e Conteúdo. Brasília: Governo Federal, 2023. Disponível em:< <http://pdet.mte.gov.br/perguntas-frequentes?catid=6#:~:text=O%20que%20%C3%A9%20massa%20salarial,e%20o%20n%C3%BAmero%20de%20empregos.> > acesso em: 22 ago. 2023a

BRASIL. Ministério do Trabalho. Programa de Disseminação das Estatísticas do Trabalho (PDET). Banco de Dados. Brasília: Governo Federal, 2023. Disponível em: < <http://pdet.mte.gov.br/novo-caged> >. Acesso em: 30 ago. 2023b

BRAVERMAN, H. Trabalho capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX. 3.ed. Rio de Janeiro: LTR, 1987.

COUTINHO, M. C. Sentidos do trabalho contemporâneo: as trajetórias identitárias como estratégia de investigação. Cadernos de Psicologia Social do Trabalho, v. 12, n. 2, p. 189-202, 2009. Disponível em: < <https://www.revistas.usp.br/cpst/article/view/25749> >. Acesso em: 03 de out. 2023

CUNHA, Michele Aparecida; CAIXETA, Ronaldo Pereira. Características do mercado de trabalho de Minas Gerais: um estudo sobre a economia e evolução do emprego formal das mesorregiões do Estado. Perquirere, v. 3, n. 17, p. 40-58, 2020.

Disponível em: < <https://revistas.unipam.edu.br/index.php/perquirere/article/view/1477/624> >. Acesso em: 29 set. 2023

EHRENBERG, R. G.; SMITH, R. S. A moderna economia do trabalho: teoria e política pública. São Paulo: Makron Books, 2000.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Brasileiro de 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: < <https://censo2010.ibge.gov.br/> >. Acesso em: 31 out. 2023

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Geociências. Banco de Estruturas Territoriais. Relatório de Divisão Territorial Brasileira. Data Base: 21/12/2022. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <https://geoftp.ibge.gov.br/>

organizacao\_do\_territorio/malhas\_territoriais/malhas\_municipais/municipio\_2022/Brasil/BR/ >. Acesso em: 31 out. 2023.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Desemprego. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: < <https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php> >. Acesso em: 31 out. 2023a.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Produto Interno Bruto – PIB. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: < <https://www.ibge.gov.br/explica/pib.php> >. Acesso em: 31 out. 2023b.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Cidades e Estados. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: < <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/mg.html> >. Acesso em: 31 out. 2023c.

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Ipea mantém previsão de crescimento do PIB para 2023 em 1,4% Disponível em: < <https://www.ipea.gov.br/portal/categorias/45-todas-as-noticias/noticias/13650-ipea-mantem-previsao-de-crescimento-do-pib-para-2023-em-1-4> > acesso em: 03 out. 2023

KIM, Han. TONELLI, Maria. SILVA, André. Do formal ao informal: executivos que migraram para o trabalho flexível. 2016. Disponível em: <[scielo.br/j/rbgn/a/c4MZtDMMJqvvdGBXsVFFPd9b/?format=pdf](https://scielo.br/j/rbgn/a/c4MZtDMMJqvvdGBXsVFFPd9b/?format=pdf)> Acesso em: 14 nov. 2023.

KEYNES, John Maynard. A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda. São Paulo: Saraiva 2012

MARX, Karl. O Capital: Crítica da Economia Política. Livro 1. 3. ed. São Paulo: Boitempo, 2013.

MATTEI, Lauro; HEINEN, Vicente Loeblein. Impactos da crise da Covid-19 no mercado de trabalho brasileiro. Revista de Economia Política, vol. 40, nº 4, pp. 647-668, outubro-dezembro/2020. Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/rep/a/8snSbBwVqmYgd5pZVQ5Vhkn/?format=pdf&lang=pt> >. Acesso em: 29 set. 2023.

MINAS GERAIS. Governo do Estado. Geografia – Regiões de Planejamento. Disponível em: < <https://www.mg.gov.br/pagina/geografia> >. Acesso em: 31 out. 2023.

OBSERVATÓRIO DO TRABALHO DE MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social. Governo do Estado de Minas Gerais. Indicadores. Disponível em: < <http://observatoriotrabalho.mg.gov.br/indicadores/> >. Acesso em: 31 out. 2023.

OIT. Organização internacional do trabalho. Economia Informal. Disponível em: <Economia Informal (ilo.org)>. Acesso em: 25 out. 2023.

OLIVEIRA, Sidinei Rocha de; PICCININI, Valmiria Carolina. Mercado de trabalho: múltiplos (des)entendimentos. Revista Administração Pública. n. 45, p. 1517- 1538, out.

2011. Acesso em: 27 agos. 2023. Disponível em: < <https://doi.org/10.1590/S0034-76122011000500012>. >. Acesso em: 31 out. 2023

OTNM - OBSERVATÓRIO DO TRABALHO DO NORTE DE MINAS. Boletins Informativos do Observatório do Trabalho. Banco de Dados 2020 a 2023. Montes Claros: Unimontes, 2023.

PASSOS, Carlos Roberto M; NOGAMI, Otto. Princípios de Economia. 6. ed. São Paulo: CENGAGE Learning, 2012.

PEREIRA, Anete Marília. Múltiplos olhares sobre a região Norte de Minas. Revista Cerrados, UNIMONTES, v. 4 n. 01, p. 23-42, 2006. Disponível em: < <https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/cerrados/article/view/2916> >. Acesso em: 31 out. 2023.

PIERANTON, Célia Regina; VARELLA, Thereza Christina. Mercado de Trabalho: Revendo Conceitos e Aproximando o Campo da Saúde. A Década de 90 em Destaque. Physis: Revista de Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, 18, 3 p. 521-544, set. 2008.. Disponível em: < <https://doi.org/10.1590/S0103-73312008000300009> > Acesso em: 29 ago. 2023

SAMUELSON, Paul A.; NORDHAUS, William D. Economia. 19. ed. Porto Alegre: AMGH Bookman, 2012

SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. Análise do CAGED - Janeiro/2019. São Paulo: SEBRAE, 2019. Disponível em: < [https://sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/estudos\\_pesquisas/flutuacao-do-emprego-e-desemprego-nas-mpe-2019](https://sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/estudos_pesquisas/flutuacao-do-emprego-e-desemprego-nas-mpe-2019) >. Acesso em 04 out. 2023.

SEN, Amartya. A Ideia de Justiça. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

SOUZA, Paulo Renato. O que são empregos e salários. Brasiliense, 1981.

SOUZA, Kellen Rocha; PEREIRA, Nathana Jéssica. Pobreza no Estado de Minas Gerais: Uma análise da região norte. Revista Iniciativa Econômica - RIE, v. 4, n. 2, p. 1-26, jul./dez. 2018. Disponível em: < <https://periodicos.fclar.unesp.br/iniciativa/article/view/11787/9105> > acesso em: 29 ago. 2023

SROUR, Robert Henry. Poder, cultura e ética nas organizações. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

TROVÃO, Cassiano José Bezerra Marques. Programas Emergenciais e Pandemia: Impactos sobre a massa de renda e a desigualdade no Brasil a partir de um recorte macroregional. Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional, v. 16, n. 4, p. 445-458, set./dez. 2020. Disponível em: < <https://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/view/5992> > acesso em: 03 out. 2023

VASCONCELLOS, E. P. G. Economia do Trabalho: Uma introdução crítica. São Paulo: LCTE Editora, 2004.